

Rio, 02/02/2017

### **A obrigação é punir**

Na semana que completa um ano da morte do companheiro Luiz A. Cabral, vítima de acidente fatal na Reduc, a FUP e os representantes dos sindicatos filiados se reuniram com a Comissão de SMS da Petrobrás nesta quinta-feira, 02/02, no Rio de Janeiro. Os representantes da empresa deixaram claro a predominância da lógica punitiva na condução da garantia da segurança, enquanto a Federação cobrou medidas de solução para questões preocupantes que obstruem a segurança dos trabalhadores, como a ausência de restrições de acesso aos tanques, questões sobre as permissões de trabalho, tratamento de conduta de SMS, insegurança nas faixas de dutos da Transpetro e a questão do relatório de acidente fatal na Araucária Nitrogenados.

A FUP se mostra estritamente contrária à punição desenfreada, sendo essa estratégia uma quebra da lógica para a prevenção de acidentes, já que o risco da penalidade gera ocultação e subnotificações de acidentes. No entanto, a Petrobrás defende a lógica da punição, inclusive com a construção do slogan “apurar, para punir”, sem diálogo com os trabalhadores. O próprio gerente da Petrobrás chegou a dizer que a FUP deveria utilizar seu direito de recusa, escancarando a lógica perversa da empresa de lidar com as situações cotidianas que envolvem a segurança dos trabalhadores.

Durante a reunião, a FUP levou a questão da insegurança sobre a permanência de atividades realizadas por trabalhadores nos tanques. Segundo o diretor do Sindipetro Caxias, Simão Zanardi, o teto não é um posto de trabalho, e, assim, a rotina deve ser substituída para que o trabalhador não tenha que subir no teto. Para isso, é necessária a criação de um sistema de medição local, que não obrigue o trabalhador a subir no tanque para executar funções, com o retorno das régua de medição lateral, tomadas de amostragem no tanque para evitar a exposição do trabalhador e a instalação de bombas de dosadoras para aplicação dos produtos químicos. Até essas medidas serem colocadas em prática, é preciso que o trabalho nos tanques seja realizado em dupla, como uma forma de suporte durante a jornada.

Sobre as Permissões de Trabalho, a FUP denunciou a concessão de autorizações prévias, que geram problemas nas listas de verificação e no conhecimento de situações críticas. A pré-emissão também causa acidentes e gera insegurança no ambiente de trabalho. Além disso, a federação questionou o alto número de PTs liberadas, que tornam impossível o acompanhamento em todos os postos de trabalho, e a grande pressão nos trabalhadores, que se veem obrigados a correr pela redução do tempo perdido. Para o diretor da FUP e do Sindiquímica Paraná, Gerson Castelano, a PT deve ser tratada como questão de segurança, não como questão de produtividade, como conduz a empresa.

Ao apresentar a insegurança nas faixas de duto da Transpetro, a FUP fez questão de relatar os incidentes de furto, que geram ainda mais problemas aos trabalhadores, que estão expostos na faixa, e à própria sociedade, que está sujeita a um grande acidente em duto, que pode pactuar em morte.

Quando o tratamento de conduta de SMS foi debatido, os representantes da Petrobrás apresentaram medidas que estão supostamente sendo realizadas pela empresa, para garantir o bem-estar dos trabalhadores. Porém, ao ouvirem a proposta da FUP de admissão de representantes sindicais para participação nos grupos de ações, os representantes da empresa se esquivaram e afirmaram que seriam necessárias reuniões internas. Da mesma maneira, eles evitaram formalizar em documento as atividades exercidas pela comissão de SMS da Petrobrás.

Durante a reunião, a empresa apresentou o relatório do acidente em Araucária, ocorrido em 17/10/2016. Já a federação levou suas cadernetas, que serão entregues aos trabalhadores e servirão para o relato de acidentes durante a jornada de trabalho.

Nós, da FUP, acreditamos que o trabalhador deve ser ouvido sempre. A questão de segurança deve ser tratada de forma pedagógica, para ser aprendida e apreendida na rotina de cada companheiro. Quando ocorre um acidente, os culpados somos todos nós. E assim, no coletivo, vamos dialogar, trocar informações e lutar pela segurança e bem-estar de todos os trabalhadores.